



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002859-81.2014.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**  
 Requerente: **Giovani Peruchi Menzani**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação de rescisão de contato c/c indenização por danos morais movida por **GIOVANI PERUCHI MENZANI** em face de **TELEFÔNICA BRASIL S.A.** sob o fundamento de que é contratante de linha telefônica oferecida pela requerida, e teria aderido a plano no valor de R\$41,00 com ligações ilimitadas para a mesma operadora, bloqueando-se as demais ligações quando atingida a quantia contratada. Alega que a linha não foi bloqueada, razão pela qual continuou a efetuar ligações que geraram cobranças abusivas. Requer a rescisão do contrato e a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais. Com a inicial vieram os documentos de fls. 10/19.

Concedida AJG e deferido o pedido de tutela antecipada (fls. 31).

A requerida foi citada (fls. 42) e apresentou contestação (fls. 47/54) alegando que a linha em questão já está cancelada pela falta de pagamento e que teria o requerente excedido o limite do plano contratado. Sustenta que o autor, ao verificar o alto valor cobrado na primeira fatura, deveria ter migrado para outro plano, mas continuou utilizando-se da linha.

Houve réplica (fls. 76/80).

Instadas as partes (fls. 83), o autor requereu o seu depoimento pessoal (fls. 86). O requerido pleiteou pelo julgamento antecipado da lide (fls. 88).

É o relatório. Fundamento e DECIDO.

Despicienda a produção da prova oral postulada, o julgamento antecipado está autorizado pelo artigo 355, I do Código de Processo Civil, bem assim diante do desinteresse do réu na produção de provas, direito que declaro precluso.

Está caracterizada a inexigibilidade do débito reclamado, pois a requerida não se desincumbiu do ônus de provar o contratado, tendo em vista a inversão do ônus da prova aplicável à hipótese dos autos, nos termos do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor.

Compete ao fornecedor de serviços, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para o fim de evitar a ocorrência de danos ao consumidor. Nesse particular, a requerida não operou com o devido cuidado ao permitir o funcionamento da linha telefônica após esgotados os créditos do autor.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O dano moral, em casos de inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito não depende de demonstração: sua existência é presumida e decorre da observação daquilo que ordinariamente acontece. Ademais, não se mostra necessária a demonstração pela autora de ocorrência do dano material com o fato, pois a indenização é devida pelo sofrimento moral injusto e grave infligido pela negativação mantida irregularmente.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado (AASP 2044); não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

Nesse sentido, parece razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição da autora, seu comportamento anterior, a capacidade da ré e o valor da dívida impugnada, em quantia equivalente a R\$ 3.000,00, mostrando-se excessivo o valor postulado.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: *“DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa”* (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar a resolução do contrato e a inexigibilidade dos débitos reclamados e para condenar a requerida a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, a importância de R\$ 3.000,00, atualizada desde o ajuizamento e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data desta sentença. Convolo em definitiva a decisão antecipatória. Arcará a requerida com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação atualizado (Súmula 326 do STJ).

Caso haja interposição de recurso de apelação, viabilizada a apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive, subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 18 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**